



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 927/25

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

- Lei Federal nº 13.667, de 17 de maio de 2018, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Emprego (Sine), criado pelo Decreto nº 76.403, de 8 de outubro de 1975
- Lei Estadual nº 16.079, de 22 de dezembro de 2015, cria o Programa de qualificação profissional e de transferência de renda “Via Rápida”, nas modalidades “Via Rápida Emprego”, “Via Rápida 18”, “Via Rápida Expresso” e “Via Rápida Econômico”, e dá outras providências, regulamentada pelo Decreto nº 62.033/2016;
- Lei Orgânica do Município de São Paulo;
- Lei Municipal nº 11.607, 13 de julho de 1994, que dispõe sobre a criação de Oficinas Abertas de Trabalho para ensino e profissionalização de deficientes físicos.;
- Lei Municipal nº 13.178, de 17 de setembro de 2001, que institui o Programa Ação Coletiva de Trabalho do Município de São Paulo, e dá outras providências, com alteração;
- Lei Municipal nº 13.324, de 08 de fevereiro de 2002, que institui o Sistema Público de Emprego no Município de São Paulo, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 15.427, de 26 de agosto de 2011, que dispõe sobre Cursos de Capacitação Profissional para munícipes, aos sábados e domingos;
- Lei Municipal nº 17.581, de 26 de julho de 2021, que institui o Programa Municipal de Qualificação Profissional – QualiSampa no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 17.587, de 26 de julho de 2021, que cria a Lei Paul Singer – Marco Regulatório Municipal da Economia Solidária, bem como a Política, o Sistema e o Conselho Municipal de Economia Solidária.
- Lei Municipal nº 17.686, de 19 de outubro de 2021, que institui o Programa Empreende SP de qualificação do microempreendedor de baixa renda.
- Lei Municipal nº 17.900, de 11 de janeiro de 2023, que institui o Programa Empreende SP de qualificação do microempreendedor de baixa renda.
- **Lei Municipal nº 18.148, de 1º de julho de 2024, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Parceria e Cooperação visando o reúso de retalhos de**



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

tecidos e de outros produtos descartados pela produção têxtil, para a utilização em cursos de qualificação e capacitação de munícipes de baixa renda ou vulnerabilidade social.

- PL 134/23, que dispõe sobre a criação do Sistema Único de Cadastro para doação de sobras de fresa de asfalto dos programas de recapeamento e asfaltamento do município de São Paulo.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Senhor Presidente.

São Paulo, 26 de novembro de 2025.

Juliana Trindade
Procuradora Legislativa
OAB/SP 232.414